

☐ Reservas

Dívida Externa **Pagamento da dívida não vai ser retomado**

RIO — O ministro da Fazenda, Mailson da Nóbrega, negou ontem que o governo esteja pretendendo retomar os pagamentos da dívida externa, conforme teria sido revelado pelo secretário do Tesouro, Luís Antônio Gonçalves, e pelo secretário de assuntos internacionais, Sérgio Amaral, a duas agências de notícias. Mailson disse que o País não vai retomar os pagamentos, por enquanto, porque não há sobras de reservas em caixa.

O governo, acrescentou Mailson, não cogita de oferecer hedge (medida de proteção) aos agentes financeiros, sob forma de depósitos voluntários no Banco Central, para o caso de os recursos hoje aplicados no overnight serem transferidos para cadernetas de poupança, em caráter especulativo.

Os agentes reivindicam essa proteção, que lhes asseguraria correção monetária e juros de 6,5% ao ano, porque acreditam ser arriscado o investimento de tais recursos em habitação, uma vez que a aplicação poderia ser apenas por 30 dias. Mailson afirmou, no entanto, que, se for verificado esse movimento especulativo em direção às cadernetas, o governo poderá autorizar o hedge.

Sobre as cadernetas de poupança, o ministro disse ainda que o Banco Central poderá solicitar a ação do Conselho Monetário Nacional (CMN) em defesa dos poupadores, caso os bancos resolvam limitar a quantidade de depósitos.

Mailson foi homenageado ontem no Rio pela Associação de Dirigentes de Empresas do Mercado Imobiliário (Ademi), com um almoço no Jockey Club. O discurso do ministro foi temperado com alguma autocritica e também com explicações sobre por que, como ele mesmo disse, "o Brasil vive a pior crise de sua história". A crise, segundo o ministro, é provocada pelos "desequilíbrios do setor público, o peso excessivo da dívida externa, o protecionismo, o corporativismo e o cartorialismo". Se o governo "não conseguiu dar o tratamento requerido a tais distorções e desequilíbrios", observou, "não foi por falta de vontade política". "Faltaram a compreensão e o apoio das elites, bem como a ampla aprovação do Congresso Nacional às medidas que seriam necessárias." O ministro acentuou que, "felizmente, a crise não se espalhou por todo o organismo econômico e localiza-se, fundamentalmente, no setor público."

ESTADO DE SÃO PAULO

* 9 FEV 1990